

O Estado de São Paulo - Terça-feira - 13 de fevereiro de 1979

Tribo kaingang pede ao governo sua emancipação

O Ministério do Interior encaminhou a Funai o primeiro pedido, formal, de emancipação de uma comunidade indígena. Trata-se da tribo dos Kaingang, uma das maiores do Sul do País, que vive no posto indígena de Guarita, próximo à cidade de Tenente Portela, no Rio Grande do Sul. O pedido de emancipação chegou as mãos do ministro Rangel Reis que preferiu encaminhá-lo à Funai. Embora não tenha se pronunciado sobre a possível emancipação dos Kaingang, o ministro, há poucos dias declarou aos jornalistas que deixava o governo sem emancipar tribos, pois o assunto tornou-se muito polêmico. Ele, no entanto, se diz convicto que algumas tribos já poderiam ser trabalhadas no sentido de se libertarem da tutela governamental.

No pedido que encaminharam ao ministro, os índios justificam: "Como legítimos brasileiros que somos, achamos que nossos governos não irão negar a aprovação desse pedido de emancipação que é um nobre direito que achamos merecer".

Embora os indigenistas afirmem que nenhuma comunidade indígena está em condições de se emancipar, os Kaingang de Guarita, segundo eles, já se encontram em adiantado grau de aculturação. As crianças frequentam escolas bilíngues e a comunidade vive basicamente, da agricultura, cultivando e vendendo soja. Em Guarita, funciona ainda uma serraria, explorada pelo Departamento de Patrimônio Indígena da Funai, que já foi, inclusive, objeto de críticas dos indigenistas. Embora os índios trabalhem na serraria os lucros obtidos com a renda da madeira quase nunca retornaram à comunidade.

Este grupo é totalmente alfabetizado e diversos índios são eleitores. Independentemente de qualquer atitude da Funai, os Kaingang de Guarita mantêm contato com os agricultores e bancos locais, já tendo obtido financiamentos para a aquisição de tratores.

NOTA DE ESCLARECIMENTO

(a respeito do pedido de emancipação dos Kaingang de Guarita)

O jornal " O Estado de São Paulo", de 13 de Fevereiro último, publicou matéria sobre um pedido de emancipação encaminhado ao Ministério do Interior pelos índios Kaingang do Posto Indígena Guarita, RS. Infelizmente o referido órgão de comunicação possivelmente não possuía algumas informações essenciais para se entender o fato divulgado. Por esse motivo é que o Regional Sul do Conselho Indigenista Missionário publica a presente nota de esclarecimento.

Quando se fala em "emancipação" é importante lembrar que a própria
(cont.)

Funai e o Ministério do Interior tentaram "dourar a pílula" para fazê-la aceita pela opinião pública, e somente um grande trabalho de esclarecimento levado a cabo por cientistas sociais, missionários e indigenistas é que logrou "tirar a máscara" do anunciado decreto... Vale lembrar, portanto, que nos mesmos moldes os funcionários da Funai tem levado aos índios uma "versão" muito bonita da Emancipação, que vai sendo aceita onde é impossível uma presença de organismos efetivamente comprometidos com os indígenas na luta por seus direitos. Esse é o caso do Posto Indígena Guarita, onde a Funai tem o total controle da comunidade indígena, inclusive através de um cacique "bionico", e onde conta com o silêncio culposos da Missão da Igreja Evangélica (IECLB).

Segundo a matéria publicada pelo OESP , uma das razões levantadas por " os Kaingang de Guarita" para pedir a emancipação é o fato de que a comunidade vive basicamente da agricultura, cultivando e vendendo soja. cremos ser oportuno lembrar que nem todos os indígenas tem condições de fazer suas próprias plantações, muito menos de obter financiamentos (conforme anuncia a matéria), sendo pobres peões de latifundiários. Mais ainda, um dos poucos indígenas privilegiados do P.I Guarita é o cacique Kainguang que se tornou verdadeiro explorador das terras indígenas, arrendando-as inclusive para prefeitos e vice-prefeitos da região. Esse cacique possui terreno e casa fora da reserva indígena, além de trator, e sempre foi imposto pelos funcionários da Funai, sendo temido pelos demais índios , mas não desejado como cacique para eles.

Por fim, e o que nos parece de maior gravidade, os próprios Kaingang de outras reservas do Sul tem denunciado uma prática recente de Chefes de Posto (a partir de janeiro último)) que consiste em convocar reuniões com os indígenas onde lêem um documento sobre a emancipação e depois mandam que todos assinem, porque vai lhes trazer benefícios, chegando a tomar impressões digitais (ainda segundo os índios) dos que não sabem assinar o nome. Alegam os mesmos funcionários que com isso os indígenas poderão obter documentos " como qualquer cidadão".

Esses fatos nos parecem bastante esclarecedores, deixando evidente uma mudança de tática do órgão oficial para obter a tão perseguida - emancipação. Ao mesmo tempo em que se arquivava temporariamente o projeto de decreto, se leva as comunidades indígenas a solicitar elas mesmas a tal emancipação, por meios como os descritos acima.

Se é objetivo da Funai respeitar realmente a auto-determinação dos grupos indígenas, deveria antes de tudo permitir que os Kaingang de Guarita, como os Kaingang de diversos outros Postos do Sul do Brasil - Votouro, RS, e Xapicó SC, por exemplo - escolher livremente seus próprios caciques e livremente reunir-se com seus irmãos de outras áreas. Porém , somente o fato de a Funai manter os Kaingang de Guarita sob permanente controle e repressão não permite que se considere esse " pedido de emancipação" como manifestação autêntica, livre e soberana dos anseios daquela comunidade indígena.

Lamentamos, por fim , que a IECLB não tenha contribuído para um esclarecimento maior da comunidade indígena de Guarita através de sua Missão e da Es

cola agrícola que mantém naquela área. cremos que o momento é de graves riscos para as populações indígenas do Brasil, sobretudo quando assume a presidência da Funai um diretor do DNER, ou seja, alguém comprometido com o órgão da BR-80 (rodovia que cortou o Parque do Xingu), com a Transamazônica e outras. Nessa hora, todo esforço e todo apoio aos povos indígenas é de vital importância e cremos que nós, membros das Igrejas, além de tudo temos uma grande dívida para com esses Povos que - quase sempre - ajudamos o sistema a colonizar e dominar.

Regional Sul do Cimi

Xanxerê, 14 de fevereiro de 1979.

NOTA: A pressa com que teve de ser redigida a nota acima fez com que, ao final, se esquecesse um ponto importantíssimo no caso. Falta lembrar que a área do Posto Indígena Guarita é alvo de interesses dos grandes latifundiários da região e mesmo de estrangeiros, por ser uma terra de excelente qualidade e totalmente mecanizável. Assim, um cacique que recebe milhões de cruzeiros para deixar alguns latifundiários plantar na terra indígena também pode ser pressionado para convencer sua comunidade a pedir uma "emancipação" que nem sabe exatamente que riscos lhes traz.